

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
À SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
COORDENADORIA-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Ref.: Pregão Eletrônico nº 04/2019 – Processo Administrativo nº 081.29.002051/2019-50

GIORDANO BRUNO COAN AMADOR, brasileiro, solteiro, Leiloeiro Oficial – JUCESP 1061, inscrito no CPF sob n.º 020.573.691-29 e portador da cédula de identidade nº 53.437.767-1 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Indiana, 903, Brooklin Novo, São Paulo/SP – CEP 04.562-001, comparece respeitosamente perante Vossa Senhoria para apresentar razões de RECURSO ADMINISTRATIVO em face do ato que declarou vencedor o Leiloeiro VICENTE DOMISETH DE OLIVEIRA, com fulcro na Lei 8.666/1993, Decreto nº 5.450, de 31 de Maio de 2005, bem como no edital de pregão eletrônico nº 04/2019 e nas demais legislações pertinentes à matéria.

I - DOS FATOS

O Recorrente participou deste processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico para registro de preços, tendo como objeto “contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

O Leiloeiro VICENTE DOMISETH DE OLIVEIRA foi declarado vencedor no certame para fornecimento do Item 5 (Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos área de abrangência: Cidade de São Paulo/SP e região metropolitana). No entanto, o preço ofertado pelo Recorrido, 0% (zero por cento), para o Item mencionado, mostra-se inexequível para a execução do objeto da presente licitação, tendo em vista as diversas obrigações exigidas no edital da licitação.

Ademais, o requerido não apresentou atestado de capacidade técnica comprovando a realização de leilões de Joias e embarcações em quantidade mínima igual ou superior a 10% (dez por cento) dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4 do Termo de Referência, conforme exigência do item 7.20.2.1 do instrumento editalício.

Diante disto, o licitante, ora Recorrente, vem por meio deste, apresentar Recurso Administrativo requerendo seu recebimento e provimento total, com a desclassificação do Leiloeiro vencedor, como será demonstrado a seguir, a partir de argumentos fáticos e jurídicos.

II – DO DIREITO

a) DO PREÇO INEXEQUÍVEL

O Leiloeiro VICENTE DOMISETH DE OLIVEIRA foi declarado vencedor no certame para fornecimento do Item 5 (Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de leilão de bens apreendidos área de abrangência: Cidade de São Paulo/SP e região metropolitana), apresentando proposta no valor de 0,0001 no portal comprasnet, o equivalente a uma taxa de comissão de 0% (zero por cento), a ser paga pelo comitente.

Todavia, conforme se poderá depreender a partir dos fatos trazidos em sequência, o Recorrido pratica valores impossíveis para o desempenho de todas as obrigações exigidas em edital, uma vez que o mesmo prevê a necessidade de transporte de bens, do local onde se encontram, até o respectivo depósito; guarda e armazenagem dos bens; contratação de profissional capacitado para realização dos procedimentos do item 6.1.9 do edital; publicidade e divulgação dos leilões; licenças e apólice de seguro para depósito, etc.

O Estatuto de Licitações e Contratos Administrativos determina a DESCLASSIFICAÇÃO das propostas que apresentem VALORES INEXEQUÍVEIS. A intenção é justamente estabelecer critérios para apuração da inexecutabilidade e consequentemente a DESCLASSIFICAÇÃO das propostas apresentadas nestas condições.

Diante disto, o mínimo que se deve exigir é que esta administração prontamente desclassifique as propostas e lances irrisórios apresentados na sessão do pregão, vez que o valor atribuído não poderá suprir os investimentos realizados pelo licitante classificado, ou mesmo, determine ao Recorrido, que comprove a exequibilidade de sua oferta, sob pena de eliminação no presente certame, conforme previsão do art. 48, da Lei 8.666/1993:

"Art. 48. Serão desclassificadas:

(...) II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação."

Neste sentido, tem-se os subitens 6.1, 6.3 e 6.4 do Edital, vejamos:

"6.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, A SUA EXEQUIBILIDADE, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

6.3. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa COMPROVE A EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.

6.4. QUALQUER INTERESSADO PODERÁ REQUERER QUE SE REALIZEM DILIGÊNCIAS PARA AFERIR A EXEQUIBILIDADE E A LEGALIDADE DAS PROPOSTAS, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita."

Jair Eduardo Santana (Pregão presencial e eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed. rev. e atual., nos termos do Estatuto das Microempresas (Lei Complementar nº 123/06). Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 251) trata da responsabilidade do pregoeiro quanto à aferição da exequibilidade de preços:

"[...] A AFERIÇÃO DA EXEQUIBILIDADE DE PREÇOS É TAREFA MINUCIOSA, NA MEDIDA EM QUE EXIGE DO PREGOEIRO E EQUIPE ATENÇÃO QUANTO AOS PREÇOS E TAMBÉM QUANTO À FORMA COMO OS LANCES SÃO DADOS EM SESSÃO. Não são raras as vezes em que, logo após a assinatura do contrato, o licitante solicita reequilíbrio, sob argumento de alteração imprevisível nos insumos da produção, motivo este que fica desacreditado em tempos de estabilidade econômica. Da negativa por parte da Administração decorre uma relação contratual ruim, de discussões, de atrasos nas entregas e toda uma série de dissabores." (destacou-se)

Veja que, a proposta classificada compromete em grande relevância os serviços a serem prestados, pois NÃO COMPORTA as obrigações determinadas no Edital de licitação, podendo os serviços serem prestados com QUALIDADE INFERIOR em relação a execução, acarretando GRANDES PREJUÍZOS para a Administração Pública.

Portanto, diante da verificação da inviabilidade do preço ofertado pelo Recorrido é DEVER DESTA ADMINISTRAÇÃO DESCLASSIFICAR A PROPOSTA HABILITADA OU MESMO, EXIGIR QUE SE COMPROVE A EXEQUIBILIDADE DESTA, caso contrário, restaria evidente a violação às exigências editalícias, dispondo o edital de meros requisitos ilustrativos, sem eficácia alguma, além do provável dano a esta administração.

Por certo que a noção de inexecuibilidade do preço é de DIFÍCIL PERCEPÇÃO. Contudo, o mínimo que se deve exigir é que diante da denúncia de algum licitante, a Administração, então provocada, exija que o licitante questionado demonstre a exequibilidade de sua oferta, caso contrário, os dispositivos do ato convocatório em nada vinculariam ou obrigariam os participantes, podendo, inclusive, a atitude complacente do julgador incitar futuras condutas reprováveis.

Ora, evidente que proposta com valores inexecuíveis pressupõe a existência de interesses escusos, ou ainda, a apresentação de preço inviável reflete o fato de o licitante não haver cotado seus serviços nos conformes do edital.

Conforme demonstrado, a Lei 8.666/93, em seu artigo 48, é clara ao definir propostas com preços manifestamente inexecuíveis como aquelas que não demonstrem sua viabilidade através de documentação pertinente. Diante deste preceito, evidente a obrigação deste julgador a exigir a documentação que demonstre devidamente a viabilidade do preço ofertado pela licitante.

Neste sentido Di Pietro (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 369) define:

"(..) PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS, ASSIM CONSIDERADOS AQUELES QUE NÃO VENHAM A TER DEMONSTRADA A SUA VIABILIDADE através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato (...)." (Grifou-se)

Marçal Justen Filho alerta sobre os cuidados e possíveis implicações negativas da admissão de propostas com valores inviáveis (Justen Filho, 2010, p. 654):

"ADMITIR GENERALIZADAMENTE A VALIDADE DE PROPOSTAS DE VALOR INSUFICIENTE PODE SIGNIFICAR UM INCENTIVO A PRÁTICAS REPROVÁVEIS. O licitante vendedor

procurará alternativas para obter resultado econômico satisfatório. ISSO ENVOLVERÁ A REDUÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO, A AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DOS TRIBUTOS E ENCARGOS DEVIDOS, A FORMULAÇÃO DE PLEITOS PERANTE A ADMINISTRAÇÃO E ASSIM POR DIANTE.” (Grifou-se)

Em concordância com tais entendimentos também se posiciona a jurisprudência majoritária:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. AGRAVO RETIDO. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. RECEBIMENTO PROVISÓRIO. SUBSTITUIÇÃO DAS AMOSTRAS. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA. 1. O agravo retido diz respeito a suspensão da tramitação do procedimento licitatório, de modo que a matéria será examinada junto com o mérito da apelação. 2. Tendo sido constatado que a proposta é inexequível é de ser confirmada a invalidação da homologação do pregão eletrônico com a consequente inabilitação das empresas vencedoras. 3. Agravo retido, apelações e remessa oficial improvidas. (TRF4, APELREEX 2008.70.00.018126-3, Terceira Turma, Relator João Pedro Gebran Neto, D.E. 02/12/2009) (Grifou-se)

Portanto, em razão do exposto, conforme comprovado e em obediência as condições legais e preestabelecidas no ato convocatório, a proposta ofertada não comporta as obrigações estabelecidas em edital de licitação, devendo a mesma ser prontamente desclassificada, ou então, que o Recorrido seja intimado a apresentar documentação que demonstre a exequibilidade de sua oferta, sob pena de desclassificação.

b) DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO

O item 7.20.2.1 do edital de licitação traz esclarecimentos a respeito da apresentação do(s) atestado(s) de capacidade técnica:

“7.20.2.1. Para efeitos da comprovação de realização, com êxito, de objeto semelhante ao desta Licitação, considerar-se-á como pertinente e compatível em características e em quantidade mínima igual ou superior a 10% (dez por cento) dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.”

Tendo em vista o dispositivo acima, conclui-se que deveriam ser apresentados atestados comprovando a VENDA de no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo de cada espécie dos bens dispostos no item 8.1.4 do termo de referência, ou seja: 0 (zero) aeronave, 18 (dezoito) diversos, 93 (noventa e três) eletrônicos, 01 (uma) embarcação, 03 (três) joias e 38 (trinta e oito) veículos.

Analisando os atestados apresentados pelo licitante vencedor, verifica-se que NÃO FOI COMPROVADO A VENDA DE JOIAS E DE EMBARCAÇÃO, não cumprindo o mesmo com as disposições editalícias.

Diante disso, o recorrido deve ser DESCLASSIFICADO, em razão do não atendimento às disposições do Instrumento Editalício.

c) DOS PRINCÍPIOS

A licitação é um procedimento administrativo, ou seja, uma série de atos sucessivos e coordenados, voltada, de um lado, a atender ao interesse público, e, de outro, a garantir a Legalidade, princípio fundamental para que os particulares possam disputar, de forma justa, a participação em contratações que as pessoas jurídicas de direito público pretendam realizar.

Isto posto, a Licitação deve obedecer as condições que garantam a observância dos princípios da Legalidade, da igualdade, da Vinculação ao Edital, da Publicidade, da Moralidade, da Probidade Administrativa, entre outros. Sem estes restam comprometidas a validade da própria licitação e a consecução de seus objetivos, como definido no caput do art. 3º da Lei 8.666/93:

Art. 3º. A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e SERÁ PROCESSADA E JULGADA EM ESTRITA CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA IGUALDADE, DA PUBLICIDADE, DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DOS QUE LHES SÃO CORRELATOS. (grifo nosso)

Existindo a violação de um desses princípios na condução de uma licitação, conseqüentemente compromete-se os valores que se visa proteger no art. 37, XXI, da CF:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios OBEDECERÁ AOS PRINCÍPIOS DE LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA (...).” grifo nosso

No caso em questão, quando a pregoeira declara o licitante em questão vencedor, mesmo ele não cumprindo o que é exigido em edital, fere-se os princípios constitucionais da

legalidade, da moralidade e, principalmente, da VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, já que o referido ato afronta a legislação licitatória e editalícia.

Ora, a Administração Pública está estritamente ligada ao princípio da Legalidade, especialmente no que diz respeito à licitação, onde todas as fases dos procedimentos, estão inteiramente vinculados à Lei.

Consoante o enunciado do art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, a criação de direitos e deveres pelo cidadão deve ser feita mediante Lei, porém, a atividade administrativa deverá se subordinar aos parâmetros de ação fixados pela Lei, ou seja, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOMENTE TEM A PERMISSÃO DE FAZER AQUILO QUE A LEI LHE AUTORIZA.

Neste diapasão, é importante destacar o que traz o inciso I do art. 2º da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SERÃO OBSERVADOS, entre outros, os critérios de:

I - ATUAÇÃO CONFORME A LEI E O DIREITO; [...]

A legalidade impõe à administração pública o respeito aos atos normativos que ela própria expede. Nas licitações, a administração pública deverá observar fielmente a Lei, SENDO-LHE VEDADO INSTITUIR PROCEDIMENTOS OU CRITÉRIOS DE APRECIÇÃO E JULGAMENTO QUE NÃO SEJAM JURIDICAMENTE PERMITIDOS PARA AS LICITAÇÕES. Segue o enunciado do art. 4º, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993:

"Art. 4º: Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o artigo 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta Lei, PODENDO QUALQUER CIDADÃO ACOMPANHAR O SEU DESENVOLVIMENTO, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos". (grifo nosso)

Como se vê, visualiza-se o direito do licitante à efetiva subordinação do processo de licitação à lei, bem como o direito de todo e qualquer cidadão de fiscalizar a juridicidade de seu desenvolvimento pela administração pública, sendo decorrências naturais da ideia de legalidade.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, REQUER-SE:

- a) Seja conhecido o presente recurso administrativo e julgado procedente, com posterior DESCLASSIFICAÇÃO da proposta vencedora apresentada pelo licitante Srº VICENTE DOMISETH DE OLIVEIRA, devido à INEXEQUIBILIDADE do preço ofertado e o NÃO ATENDIMENTO AO ITEM 7.20.2.1 do edital do pregão eletrônico;
- b) Em sendo deferido o pedido, que seja retomada a sessão do pregão eletrônico, mediante o chamamento dos demais licitantes que apresentaram suas propostas tempestivamente, para continuidade da licitação nos ditames da Lei;
- c) Caso o presente recurso não seja acolhido, requer seja remetido à instância imediatamente superior para que, seja procedida nova análise quanto aos fatos e fundamentos expostos;
- d) Permanecendo a proposta vencedora classificada, requer a apresentação pelo Recorrido, dos documentos que COMPROVEM A EXEQUIBILIDADE da respectiva oferta apresentada e a autorização expressa desta administração para que o Recorrente acompanhe a prestação dos serviços, bem como, apresente Atestado de Capacidade Técnica comprovando a realização de leilão de joias e embarcações, vez que tal requisito é item determinante para aprovação nesta licitação.
- f) De qualquer decisão proferida sejam fornecidas as fundamentações jurídicas da resposta e todos os pareceres jurídicos e técnicos a este respeito.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 09 de maio de 2019.

GIORDANO BRUNO COAN AMADOR
Leiloeiro Oficial

Fechar